



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2024, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
E A EMPRESA PTG SERVIÇOS, CONSTRUÇÕES E
LOCAÇÕES LTDA.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP: 50670-901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo, nomeado pelo Decreto de 10 de outubro de 2023 da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PTG SERVIÇOS, CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.229.586/0001-40, sediada na Avenida Adjar da Silva Casé, nº 800, COWORKING, Caixa Postal 129, Indianópolis, Caruaru/PE, CEP: 55.024-740, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Edilene Athayde Monteiro Tavares, Sócia Administradora, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.027311/2023-55 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90.002/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de Retroescavadeira Operada, com pá carregadeira, tração 4x4, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI's e insumos diversos necessários à execução dos serviços, a serem prestados na Universidade Federal de Pernambuco (campus Joaquim Amazonas e unidades do centro do Recife, exceto o Hospital das Clínicas), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de retroescavadeira operada, com pá carregadeira, tração 4x4, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI's e insumos diversos necessários à execução dos serviços, para atender o campus Recife da UFPE. Obs.: unidade = hora	4030	Unidade	2616	R\$ 119,50	R\$ 312.612,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até **10 anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
 - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ 312.612,00 (trezentos e doze mil, seiscentos e doze reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **14/09/2023**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano

causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas

“b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade: 15233/153095

II.Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio

III.Programa de Trabalho: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco;

IV.Elemento de Despesa: 3390.39

V.Plano Interno: M0023G0124N

VI.Nota de Empenho: 2024NE000052

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Recife, 03 de junho de 2024.

ALFREDO
MACEDO
GOMES:4197
2074415

Assinado de forma
digital por ALFREDO
MACEDO
GOMES:41972074415
Dados: 2024.06.03
11:50:37 -03'00'

Representante legal do CONTRATANTE

EDILENE ATHAYDE
MONTEIRO
TAVARES:3500700
1449

Assinado de forma
digital por EDILENE
ATHAYDE MONTEIRO
TAVARES:35007001449
Dados: 2024.06.03
11:07:34 -03'00'

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO I DO CONTRATO Nº 23/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 13/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2024	153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	THAYSE DAYSE DELMIRO	06/02/2024 10:53 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis	90131/2023	23076.027311/2023-55

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de Retroescavadeira Operada, com pá carregadeira, tração 4x4, rastreador vecular, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI’s e insumos diversos necessários à execução dos serviços, a serem prestados na Universidade Federal de Pernambuco (campus Joaquim Amazonas e unidades do centro do Recife, exceto o Hospital das Clínicas), mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de retroescavadeira operada, com pá carregadeira, tração 4x4, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI’s e insumos diversos necessários à execução dos serviços, para atender o campus Recife da UFPE. Obs.: unidade = hora	4030	Unidade	2616	R\$ 170,00	R\$ 444.720,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato pelas partes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O total estimado foi de 2616 horas de serviço, podendo ou não chegar a esse quantitativo, conforme as necessidades da UFPE.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 271

IV) Classe/Grupo:

732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS

4030 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCAVAÇÃO / TERRAPLENAGEM / AGRÍCOLA

V) Identificador da Futura Contratação: 153080-131/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.1.1. A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de locação de máquinas de escavação/terraplanagem/agrícola;

4.1.2. O serviço objeto deste Termo de Referência deve ser prestado de forma continuada, em virtude das demandas constantes de manejo e remoção de resíduos volumosos, bem como de manutenções que necessitam desse maquinário, visando manter boas condições da infraestrutura para as atividades de acadêmicas e administrativas da UFPE;

4.1.3. Recomenda-se a contratação inicial por 12 (doze) meses prorrogável por igual período, até o máximo de 120 (cento e vinte) meses, não havendo necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

4.1.4. Declaração do interessado de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.1.5. Não deve ser permitida a participação de:

4.1.5.1. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso XXII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021;

4.1.5.2. Empresa que não tenha sede no País;

4.1.5.3. Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela alínea “h” da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

4.1.5.4. Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.1.5.5. Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, e com a UFPE, com fundamento no § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, que ainda não tenham logrado reabilitação;

4.1.5.6. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/2021.

4.1.6. Na contratação deve estar incluso, além da mão de obra, os materiais de consumo e equipamentos de proteção individual e coletiva, conforme este Termo e seus anexos.

4.1.7. O profissional operador da retroescavadeira deverá ter estudado até a 4ª série do ensino fundamental e ser habilitado nas categorias C, D ou E de CNH. Além disso, deverá apresentar certificação em um curso profissional de tratorista.

4.1.8. A retroescavadeira deverá ser equipada com um rastreador veicular, cujo monitoramento deverá ser compartilhado com a fiscalização do contrato.

4.1.9. A contratada responsabilizar-se-á pela realização da imediata e tempestiva manutenção preventiva e corretiva do maquinário, mantendo o mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados, observando o prazo de 24 horas para as manutenções e substituição do veículo, feito a partir da comunicação do gestor e/ou fiscal do contrato.

4.1.10. A contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

Sustentabilidade:

4.2. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

4.2.1. Observar a Resolução CONAMA nº 433, de 13 de julho de 2011, que inclui máquinas agrícolas e rodoviárias no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE, e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para esses maquinários;

4.2.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.2.3. Durante a operação com a retroescavadeira, a área deverá ser isolada para evitar acidentes com terceiros;

4.2.4. Os resíduos coletados devem ser totalmente recolhidos e encaminhados para o ponto de segregação determinado pela UFPE, apropriado para cada tipo de resíduo, conforme PGRS da UFPE e legislação correlata;

4.2.5. Executar manutenção preventiva e corretiva do equipamento, incluindo os serviços de funilaria, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, afim de manter a regulagem do equipamento originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, bem como garantir a destinação correta dos resíduos gerados nas manutenções do maquinário (pneus, óleo lubrificante, etc.).

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. Faculta-se ao licitante realizar avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de

segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas ou das 13 horas às 17 horas, até o dia útil anterior à abertura da licitação, agendando-a previamente com a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental/SINFRA, por meio dos contatos: das.sinfra@ufpe.br ou 2126-7086.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. Por ocasião da vistoria, ao representante legal da empresa, ou ao responsável técnico, poderá ser enviado documento ou planilha em formato digital, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.12. O atestado de vistoria (modelo do Anexo V-b) poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste que tem pleno conhecimento do objeto, das condições da licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Edital e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras (conforme modelo anexo).

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica constata no Estudo Técnico Preliminar e seu Anexo de especificação dos serviços (Anexo I do ETP).

5.1.1. Início da execução do objeto: 2 (dois) dias úteis da emissão e recebimento da 1ª Ordem de Serviços (Anexo VII).

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão realizados nos dias úteis, desde que haja expediente na UFPE e que não prejudique as atividades da universidade, no horário das 7h às 17h, nas seguintes localizações:

- a) Campus Joaquim Amazonas: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, 50670-901, Recife, Brasil.
- b) Faculdade de Direito do Recife: Praça Adolfo Cirne - Boa Vista, Recife - PE, 50050-060.
- c) Escola de Engenharia: Rua do Hospício, nº 371 - Boa Vista, Recife - PE.
- d) TV Universitária (NRTVU): Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar - Santo Amaro, Recife - PE, 50040-200.
- e) Memorial da Medicina da UFPE - Rua Amauri de Medeiros - Derby, Recife - PE, 52010-120.
- f) Centro Cultural Benfica: R. Benfica, 157 - Madalena, Recife - PE, 50720-001.

g) Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE.

5.3. Mediante acerto prévio entre a prestadora do serviço e a fiscalização, o serviço poderá ser realizado em finais de semana, feriados ou no período noturno, sem que implique quaisquer acréscimos no preço do serviço.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas previstas no ETP em anexo.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, combustível, suprimentos, EPI's (atendendo minimamente ao determinado no laudo Sesst – anexo VIII), equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à realização do serviço.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Os serviços serão prestados nos endereços constantes no item 5.2 deste TR.

5.6.2. Na contratação devem estar inclusos todos os materiais conforme item 5.3 deste TR.

5.6.3. Para o dimensionamento da proposta deverão ser observadas as especificações, rotinas, obrigações e requisitos constantes neste Termo de referência, no ETP e demais anexos.

5.6.4. A proposta deverá conter as informações indicadas no Modelo da Proposta (Anexo IV).

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental - DSA/SINFRA poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Avaliar constantemente a execução do objeto a fim de utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III, juntamente com os relatórios emitidos pela CONTRATADA para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

6.15.2. Assumir proatividade permanente, visando a se antecipar a situações que possam implicar paralisação dos serviços por ínfimo espaço de tempo que seja;

6.15.3. Fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, dos procedimentos e especificações técnicas, verificando se a qualidade e a quantidade demandada para os serviços foram atendidas;

6.15.4. Fiscalizar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade;

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.23. Além do disposto acima, a gestão contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.23.1. Atuar junto à Contratada, de modo a garantir o cumprimento do contrato de acordo com o Termo de referência, seus anexos e com sua proposta;

6.23.2. Solicitar à contratada, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do serviço;

6.23.3. Planejar a execução dos serviços vinculados ao contrato de modo que a prestação do serviço seja otimizada;

6.23.4. Exigir da contratada a correção de eventuais falhas verificadas;

6.23.5. A gestão será exercida no interesse da UFPE e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo se, quando destes for apurado ação ou omissão funcional, na forma e para os efeitos legais;

6.23.6. Solicitar parecer técnico, contábil ou jurídico à administração quando necessário;

6.24. A GESTÃO CONTRATUAL caberá a servidora: Marcella Moreira Rodrigues de Oliveira, SIAPE: 1158381, telefone: (81) 2126-8076, e-mail: dsa.sinfra@ufpe.br; a qual será substituída, nas faltas e ausências, pelo servidor: José Iranildo Barbosa Sales da Silva, SIAPE: 1830132, telefone: (81) 2126-8076, e-mail: dsa.sinfra@ufpe.br, lotados na Superintendência de Infraestrutura da UFPE.

6.25. A FISCALIZAÇÃO TÉCNICA caberá ao servidor: Sebastião Soares de Oliveira, SIAPE: 1133679, telefone: (81) 2126-8076, e-mail: dsa.sinfra@ufpe.br, o qual será substituído, nas faltas e ausências, pelo servidor: Romero Herculano de Souza Silva, SIAPE: 3191121, telefone: (81) 2126-8076, e-mail: dsa.sinfra@ufpe.br, lotados na Superintendência de Infraestrutura da UFPE.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios definidos no IMR (Anexo III do TR).

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento dos documentos da CONTRATADA, que comprove a prestação do serviço a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores do IMR, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do *art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021*, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal /Fatura.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. Serão vedadas as cessões de crédito não fiduciárias.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário, que terá pagamento variável, conforme demanda dos serviços.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

8.25. Registro ou inscrição da empresa e de seu (s) responsável (is) técnico (s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região a que estiverem vinculados;

8.26. Alvará de funcionamento Municipal da sede da Empresa;

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.27.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.27.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.27.1.4. A comprovação de quantidade mínima para qualificação técnica da licitante deverá ser de no mínimo 30% do item de serviço a ser contratado, conforme quantitativo previsto no item 1.1 deste TR, executados no período de 12 (doze) meses podendo haver somatório de atestados, desde que se refiram ao mesmo período de 12 (doze) meses.

8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.28. Designação de Responsável Técnico, registrado no CREA, pertencente ao seu quadro permanente;

8.28.1. A designação deverá ser firmada pelo representante legal da empresa. Após declarada a vencedora e antes da formalização da contratação a vencedora deverá confirmar a designação do responsável técnico;

8.28.2. Utilização das mesmas regras de substituição caso a designação feita no processo de contratação não se confirme, "de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução da obra ou serviço objeto do ETP, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no § 6 art. 67 da Lei nº 14.133 /2021".

8.28.3. O (s) nome (s) do (s) profissional (is) designado (s) responsável (is) técnico (s) deve (m) constar obrigatoriamente da certidão de registro da empresa perante o CREA. Em se tratando de prestador de serviço apresentar o seu registro atualizado perante o CREA, se for o caso;

8.28.4. Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente:

8.28.4.1 Profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da contratação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);

8.28.4.2. Prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);

8.28.4.3. Empregado;

8.28.4.4. Sócio;

8.28.4.5. Diretor.

8.28.5. A comprovação de vinculação do (s) profissional (is), far-se-á por meio dos seguintes documentos:

8.28.5.1. Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;

8.28.5.2. Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;

8.28.5.3. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

8.28.5.4. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;

8.28.5.5. Diretor: cópia da Ata Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

8.29. Declaração formal assinada pelo representante legal, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaria para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras;

8.30. As empresas deverão declarar que inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 444.720,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 444.720,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e setecentos e vinte reais), conforme discriminado no ETP em anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 15233/153095;
- II) Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;
- III) Programa de Trabalho: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco;
- IV) Elemento de Despesa: 3390.39;
- V) Plano Interno: Será classificado após a emissão do contrato;

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Reajuste

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. Obrigações da contratante

12.1. São obrigações do Contratante:

- 12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e neste Termo de Referência;
- 12.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. Obrigações da contratada

- 13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 13.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à

Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

13.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

13.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.22. Atender as disposições de segurança do trabalho, previstas no Laudo Sesst (Anexo VIII);

14. Das infrações e sanções administrativas

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

Diretor de Sustentabilidade Ambiental - DSA/SINFRA

ANA PAULA DE ARAUJO SOUZA

Coordenadora Administrativa e Financeira - CAF/SINFRA

THAYSE DAYSE DELMIRO

Assistente em administração - CAF/SINFRA

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexos do TR.pdf (2.49 MB)

Anexo I - Anexos do TR.pdf

DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REF. AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23076.027311/2023-55.

Nos termos do artigo 41, caput e § 2º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, **INDICO** os servidores elencados no item 6 deste TERMO DE REFERÊNCIA para exercerem as funções ali indicadas. Os servidores que substituirão os titulares, nas ocasiões previstas no § 1º do art. 42 da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, são os indicados acima para as respectivas funções, aos quais deverá ser dado ciência pelo setor demandante, responsável por sua indicação.

DECLARO, ainda, que as despesas que porventura ultrapassem o exercício em que ocorra a contratação, estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente.

Isto posto, nos termos do artigo 9º do §1º do Decreto n. 5.450, de 2005, **APROVO**, como ordenador de despesa, este Termo de Referência, indicando como elementos técnicos fundamentais que o apoiam e necessários a orientar a elaboração do instrumento convocatório e do Termo Contratual, os anexos a seguir elencados:

- ANEXO I – Especificações, Quantitativos e Valores;
- ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO III – Instrumento de Medição de Resultado – IMR;
- ANEXO IV – Modelo da Proposta;
- ANEXO V a – Modelo de Declaração Conhecimento do Objeto;
- ANEXO V b – Modelo de Atestado de Vistoria;
- ANEXO VI – Modelo de Designação de Responsável Técnico;
- ANEXO VII – Modelo de Ordem de Serviço;
- ANEXO VIII – Laudo SESST.

Recife, 05 de fevereiro de 2024.

PAULO ALISON SOUSA PESSOA
Superintendente de Infraestrutura
SIAPE 1724595

Autorizo,

ALFREDO MACEDO GOMES
Reitor da Universidade Federal de Pernambuco
SIAPE 1171268

ANEXO I DO TR - ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALORES

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Máximo Estimado	Valor Total Máximo Estimado
1	Serviço de retroescavadeira operada, com pá carregadeira, tração 4x4, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI's e insumos diversos necessários à execução dos serviços, para atender o campus Recife da UFPE. Obs.: unidade = hora	4030	unidade	2616	R\$ 170,00	R\$ 444.720,00

Estudo Técnico Preliminar 20/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.027311/2023-55

2. 2. Objetivos

2.1 Objetivo geral: Desenvolver estudo a fim de assegurar a viabilidade técnica da contratação de que trata o referido ETP, qual seja: contratação de empresa especializada para a prestação de **serviços de Retroescavadeira Operada, com pá carregadeira, tração 4x4, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI's e insumos diversos necessários à execução dos serviços, a serem prestados no campus Joaquim Amazonas da UFPE, EXCETO o Hospital das Clínicas, e nas unidades do centro do Recife.**

2.1.1 Os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) foram especificados com todas as características necessárias ao atendimento das necessidades da UFPE. A contratação deverá atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas neste ETP.

2.1.2 O código CATSER 4030 referente ao objeto a ser licitado também deverá ser indicado no Termo de Referência.

2.1.3 O objeto tem a natureza de serviço comum de locação de Máquinas de Escavação / Terraplenagem / Agrícola nos termos do parágrafo XIII, do art. 6º, Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário. A contratação será do tipo menor preço por item.

3. Descrição da necessidade

3.1 Os serviços de Retroescavadeira Operada são fundamentais para o funcionamento das atividades relacionadas à gestão dos resíduos sólidos e de manutenção da UFPE, pois são essenciais para a realização de serviços de remoção mecânica de entulhos, carregamento de caminhões, reviramento de leiras de compostagem de resíduos orgânicos, escavações para execução de manutenções ou ampliações em redes de drenagem, esgoto ou abastecimento de água potável, além de aterros, regularizações ou nivelamento de terrenos no Campus Recife da UFPE.

3.2 Ratifica-se os serviços a serem contratados como sendo de natureza continuada, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional (Artigo 15 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017).

3.3 A necessidade da contratação se deve: (i) à falta de aparelhamento da UFPE para realizar atividades como remoção de entulhos e resíduos, carregamento de caminhões e manutenções cotidianas do campus Joaquim Amazonas, que demandam equipamentos pesados para sua operação; (ii) ao fato de que a UFPE não dispõe de equipamento próprio adequado aos serviços com a capacidade operacional necessária, (iii) à economicidade, não sendo recomendado investimento na aquisição dos equipamentos necessários em virtude do alto custo que a aquisição e, mais ainda, da manutenção operacional demandada.

3.4 A UFPE faz a gestão dos resíduos sólidos gerados pelas atividades acadêmicas e administrativas conforme rege o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UFPE (PGRS), instrumento este aprovado em março/ 2021 pelo Conselho Universitário da UFPE. Como apoio operacional na gestão dos resíduos sólidos, a retroescavadeira possibilita a remoção de resíduos e entulhos de forma otimizada, sendo essencial para a operacionalização dos resíduos orgânicos, já que estes são bastante volumosos, bem como possibilita o manejo do pátio de compostagem da UFPE. Ainda, o equipamento tem ampla aplicação em atividades de manutenção civil. Em síntese, a atividade da retroescavadeira traz aumento substancial de produtividade nas ações relacionadas à gestão dos resíduos sólidos e na manutenção geral da UFPE, e caso a contratação não seja efetivada, os ambientes da UFPE terão dificuldades em atender de forma otimizada as demandas de manutenção e de remoção de resíduos, por conseguinte, prejudicar-se-á o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da Superintendência de Infraestrutura da UFPE	Bruno Augusto Nogueira Monteiro Pontes (1960330)

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 A empresa contratada deve ser especializada na prestação de serviços de locação de máquinas de escavação/ terraplanagem / agrícola, e respeitar os critérios previstos no item 5.1 deste Estudo Técnico Preliminar;

5.1.2 O serviço objeto deste ETP deve ser prestado de forma continuada, em virtude das demandas constantes de manejo e remoção de resíduos volumosos, bem como de manutenções que necessitam desse maquinário, visando manter boas condições da infraestrutura para as atividades de acadêmicas e administrativas da UFPE;

5.1.3 A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

I – Observar a Resolução CONAMA nº 433, de 13 de julho de 2011, que inclui máquinas agrícolas e rodoviárias no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-PROCONVE, e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para esses maquinários;

II – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

III – Durante a operação com a retroescavadeira, a área deverá ser isolada para evitar acidentes com terceiros;

IV – Os resíduos coletados devem ser totalmente recolhidos e encaminhados para o ponto de segregação determinado pela UFPE, apropriado para cada tipo de resíduo, conforme PGRS da UFPE e legislação correlata;

V - Executar manutenção preventiva e corretiva do equipamento, incluindo os serviços de funilaria, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, a fim de manter a regulagem do equipamento originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, bem como garantir a destinação correta dos resíduos gerados nas manutenções do maquinário (pneus, óleo lubrificante, etc.).

5.2 A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

5.3 Recomenda-se a contratação inicial por 12 (doze) meses prorrogável por igual período, até o máximo de 120 (cento e vinte) meses, não havendo necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.4 Declaração do interessado de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.5 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista, bem como critérios de qualificação econômica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme será disciplinado no Termo de Referência.

5.6 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.6.1 Apresentação de (1): Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados, bem como (2): Alvará de funcionamento Municipal da sede da Empresa;

5.6.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.6.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

5.6.2.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.6.2.1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

5.6.2.1.3 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.6.2.1.4 A comprovação de quantidade mínima para qualificação técnica da licitante deverá ser de no mínimo 30% do item de serviço a ser contratado, conforme quantitativo previsto no item 8 deste ETP, executados no período de 12 (doze) meses podendo haver somatório de atestados, desde que se refiram ao mesmo período de 12 (doze) meses.

5.6.2.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.6.2.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.6.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.6.3 Designação de Responsável Técnico, registrado no CREA, pertencente ao seu quadro permanente;

5.6.3.1 A designação deverá ser firmada pelo representante legal da empresa. Após declarada a vencedora e antes da formalização da contratação a vencedora deverá confirmar a designação do responsável técnico;

5.6.3.2 Utilização das mesmas regras de substituição caso a designação feita no processo de contratação não se confirme, "de modo a garantir a permanência do profissional durante a execução da obra ou serviço objeto do ETP, admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no § 6º art. 67 da Lei nº 14.133/2021".

5.6.3.3 O (s) nome (s) do (s) profissional (is) designado (s) responsável (is) técnico (s) deve (m) constar obrigatoriamente da certidão de registro da empresa perante o CREA. Em se tratando de prestador de serviço apresentar o seu registro atualizado perante o CREA, se for o caso;

5.6.3.4 Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente:

- i) Profissional disponível para acompanhamento do serviço objeto da contratação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);
- ii) Prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);
- iii) Empregado;
- iv) Sócio;
- v) Diretor.

5.6.3.5 A comprovação de vinculação do (s) profissional (is), far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- i) Profissional disponível: Declaração de conhecimento do objeto e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;
- ii) Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;
- iii) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- iv) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;
- v) Diretor: cópia da Ata Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

5.6.4 Declaração formal assinada pelo representante legal, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaria para quaisquer questionamentos futuros que ensejassem avenças técnicas ou financeiras;

5.6.5 As empresas deverão declarar que inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.6 Faculta-se ao licitante realizar vistoria prévia, através de representante identificado, ao local dos serviços, no horário de segunda a sexta de 8h às 12h ou de 13h às 17h, até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, agendando-a previamente com a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental/SINFRA, por meio dos contatos: dsa.sinfra@ufpe.br ou 2126-7086.

5.6.6.1 Em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União exaradas no *Acórdão nº 110/2012-Plenário*[1], recomenda-se evitar agendamento de vistoria para mais de um licitante em horários coincidentes, de modo a coibir quaisquer tramas de conluio favorecidas por negligência ou desídia administrativas. Desse modo, a abertura do certame licitatório deve ocorrer em prazo suficiente, após a publicação, de modo a atender, simultaneamente, o prazo máximo estabelecido para a vistoria e as recomendações do TCU.

5.7 Não deve ser permitida a participação de:

- i) Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no inciso XXII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021;
- ii) Empresa que não tenha sede no País;
- iii) Cooperativas, por se tratar de contratação de serviços que demandam execução em estado de subordinação em relação ao fornecedor dos serviços e se referirem a atividade terceirizada indicada pela alínea “h” da cláusula primeira do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- iv) Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- v) Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, e com a UFPE, com fundamento no § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, que ainda não tenham logrado reabilitação;
- vi) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/2021.

5.8 Na contratação deve estar incluso, além da mão de obra, os materiais de consumo e equipamentos de proteção individual e coletiva, conforme anexo do ETP.

5.9 O profissional operador da retroescavadeira deverá ter estudado até a 4ª série do ensino fundamental e ser habilitado nas categorias C, D ou E de CNH. Além disso, deverá apresentar certificação em um curso profissional de tratorista.

5.10 A retroescavadeira deverá ser equipada com um rastreador veicular, cujo monitoramento deverá ser compartilhado com a fiscalização do contrato.

5.11 A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela realização da imediata e tempestiva manutenção preventiva e corretiva do maquinário, mantendo o mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados, observando o prazo de 24 horas para as manutenções e substituição do veículo, feito a partir da comunicação do gestor e/ou fiscal do contrato.

5.12 Os serviços serão realizados nos dias úteis, desde que haja expediente na UFPE e que não prejudique as atividades da universidade, no horário das 7h às 17h, nas seguintes localizações:

- i) Campus Joaquim Amazonas: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, 50670-901, Recife, Brasil.
- ii) Faculdade de Direito do Recife: Praça Adolfo Cirne - Boa Vista, Recife - PE, 50050-060.
- iii) Escola de Engenharia: Rua do Hospício, nº 371 - Boa Vista, Recife - PE,
- iv) TV Universitária (NRTVU): Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar - Santo Amaro, Recife - PE, 50040-200.

v) Memorial da Medicina da UFPE - Rua Amauri de Medeiros - Derby, Recife - PE, 52010-120.

vi) Centro Cultural Benfica: R. Benfica, 157 - Madalena, Recife - PE, 50720-001.

vii) Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE.

5.13 Mediante acerto prévio entre a prestadora do serviço e a fiscalização, o serviço poderá ser realizado em finais de semana, feriados ou no período noturno, sem que implique quaisquer acréscimos no preço do serviço.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Em reunião da Equipe de Planejamento, quando se tratou do tema levantamento de mercado, observou-se que no mercado ofertante do serviço objeto desse estudo no estado (PE), predominam dois principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:

6.1.1 **Solução 1:** *Aquisição dos serviços através de locação do equipamento com mão de obra*

Descrição: Este tipo de contratação engloba a locação do maquinário à mão de obra contratada, bem como os insumos e manutenções necessários à execução dos serviços. Modelo já consolidado no Estado, utilizado nas contratações anteriores da UFPE e em outros órgãos. Tem fácil adequação à utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.

6.1.2 **Solução 2:** *Aquisição do equipamento*

Descrição: Nesta modalidade para aquisição do equipamento, seria necessário realizar uma segunda licitação para contratação de mão de obra habilitada, visto que a UFPE não detém em seu quadro de profissionais um servidor apto para operação de uma retroescavadeira. Diante disso, conforme RELATÓRIO TÉCNICO 12º - CONSOLIDAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE CUSTOS - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que o custo médio para realização de um Pregão Eletrônico em 2007 já era de R\$ 20.698,00 e de um Pregão (SRP) R\$ 32.187,00 (modalidades indicadas para este tipo de objeto), realizar uma licitação única e exclusivamente para aquisição do equipamento seria economicamente dispendioso, não obstante, poderia gerar riscos como atrasos na entrega, ou ainda do item ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento, o que é bastante comum.

6.2 *Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes*

Ao apreciar as soluções, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1.

A solução escolhida atende as determinações legais e confere à contratada o ônus deste controle, mostrando-se a opção mais econômica à instituição.

Por fim, deve-se registrar que o modelo proposto também se adequa às cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados, uma vez que a cobrança dos serviços por hora trabalhada, juntamente ao Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Estudo Técnico Preliminar, contempla a prestação do serviço de Retroescavadeira Operada, com pá carregadeira, tração 4x4, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI's e insumos diversos necessários à execução dos serviços, a serem prestados no campus Joaquim Amazonas da UFPE, EXCETO o Hospital das Clínicas, e nas unidades do centro do Recife.

7.2 Devido à natureza da execução dos serviços abranger todo o Campus Recife e eventualmente as instalações da UFPE localizadas no centro da cidade do Recife, a instalação de rastreador veicular na retroescavadeira permite precisar o trajeto e a localização do veículo, incidindo em relatórios capazes de auxiliar a Administração na fiscalização dos serviços, cumprimento de cronogramas e aumento da eficiência da contratação;

7.3 Como apoio operacional na gestão dos resíduos sólidos, a retroescavadeira possibilita a remoção de resíduos e entulhos de forma otimizada, sendo essencial para a operacionalização dos resíduos orgânicos, já que estes são bastante volumosos, bem como possibilita o manejo do pátio de compostagem da UFPE. Ainda, o equipamento tem ampla aplicação em atividades de manutenção civil. Em síntese, a atividade da retroescavadeira traz aumento substancial de produtividade nas ações relacionadas à gestão dos resíduos sólidos e na manutenção geral da UFPE.

7.4 As especificações dos serviços constam no ANEXO I deste ETP.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 O quantitativo sugerido foi pautado nas contratações anteriores e na efetiva utilização dos serviços objeto deste ETP.

8.2 Sendo assim, o quantitativo anual definido para o item considera inicialmente a estimativa para 9 horas diárias, 12 meses com operação em 22 dias úteis mensais, o que confere 2376 horas. Em que pese a necessidade ocasional de uso concomitante de duas retroescavadeiras, conforme já houve em contratações anteriores, a equipe de planejamento entende que o aumento da

eficiência da fiscalização do contrato, a partir da implantação de um rastreador no maquinário, aumentará a produtividade do serviço contratado e o tornará suficiente para a demanda, a partir de um melhor acompanhamento do cronograma de atividades determinado para o serviço.

8.3 Ainda, há a necessidade de serviços de retroescavadeira aos sábados, a fim de realizar ações no pátio de compostagem da UFPE e outras demandas intempestivas. Assim, será acrescida a estimativa de 240 horas para serem utilizadas para essas atividades, mediante acerto prévio entre a prestadora do serviço e a fiscalização, sem que implique quaisquer acréscimos no preço do serviço.

8.4 Portanto, o total estimado foi de 2616 horas de serviço, podendo ou não chegar a esse quantitativo, conforme as necessidades da UFPE.

ITEM	Código CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL
1	4030	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de retroescavadeira operada, com pá carregadeira, tração 4x4, para atender o campus Recife da UFPE. obs.: unidade = hora	unidade	2616 (Dois mil, seiscentos e dezesseis) horas.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 444.720,00

9.1. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 444.720,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e setecentos e vinte reais)**, conforme discriminado no Anexo II deste ETP.

9.2. A pesquisa de preços para definir o valor máximo estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 65/2021, sendo composta por dois documentos: a **Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado** (Anexo II deste ETP) e o **Relatório da Pesquisa de Preços** (inserido nos autos do processo);

9.3. Em atendimento ao disposto no Art.5º da IN nº 65/2021, para a obtenção dos preços máximos estabelecidos utilizou-se de forma combinada os parâmetros previstos nos incisos II e IV.

9.3.1. Foram encontrados preços em outras contratações públicas, identificados através da ferramenta Banco de preços.

9.3.2. Foi solicitado orçamento a diversas empresas que prestam serviço de locação de retroescavadeira por e-mail. Os e-mails enviados e a proposta recebida constam no Relatório da Pesquisa de Preços (inserido nos autos do processo).

9.4. Utilizou como metodologia a **Média** dos valores obtidos na pesquisa de preços (identificados no Anexo II - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado).

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Delibera-se pelo não parcelamento ou individualização do objeto, considerando as características dos serviços a serem contratados.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Há, no âmbito da UFPE uma contratação interdependente com o objeto da contratação deste ETP. A atuação desta contratação é para a coleta e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados nas atividades acadêmicas e administrativas da UFPE, que disponibiliza caçambas estacionárias que necessitam do equipamento retroescavadeira para o seu enchimento diário, com entulhos recolhidos no campus Recife.

11.2 Ressaltamos a contratação correlata encontra-se em plena vigência.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE 2019-2023, na sua página 100, diz que:

A UFPE vem implantando um processo de controle na gestão de seus resíduos (plano de gerenciamento), buscando uma maior eficiência energética (pretendendo instalar uma nova estação de 69 KVA), tendo um maior controle no uso da sua água, realizando construções mais sustentáveis que minimizem a necessidade de utilização de energia elétrica durante o dia e realizando na medida do possível, licitações sustentáveis. Com estas ações voltadas para a maximização na utilização dos recursos naturais, uso mais racional de recursos e reutilização dos mesmos acredita-se que a UFPE tornará mais sustentável melhorando o meio ambiente e, por conseguinte a qualidade de vida dos que habitam e usufruem o seu entorno.

12.2 Ainda, o Plano Estratégico Institucional da UFPE - 2013-2027, em sua página 5 nos remete a:

Atenção especial vem sendo dada à manutenção das infraestruturas da UFPE, que teve um expressivo crescimento nos últimos anos. O objetivo é cuidar dos espaços coletivos, internos e externos, tornando-os mais humanos e seguros, ampliando as moradias e restaurantes estudantis, além de construirmos novos laboratórios de pesquisa e salas de aula, inseridas no novo Plano Diretor.

12.3 Portanto, o objeto referenciado neste ETP está plenamente alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com Plano Estratégico Institucional, pois viabilizam a destinação correta dos resíduos e o apoio à manutenção da UFPE.

12.4 O objeto do presente estudo técnico preliminar está previsto no PGC-PCA 2024.

1. UFPE. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2019-2023. Documento aprovado pelo Conselho Universitário em 20 de setembro de 2019, p. 127; 138-139. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/1956380/Plano+de+Desenvolvimento+Institucional+UFPE+2019_2023+atualizado+em+10_10_19.pdf/37357c88-c4df-4b34-84e7-f52eb6808ad9>. Acesso em: 31 mar. 2023.

2. UFPE. Plano Estratégico Institucional UFPE – 2013-2027, dez. 2013, p. 30. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d>. Acesso em: 31 mar. 2023.

13. Análise das Contratações Anteriores

13.1 Foi realizado um levantamento das contratações anteriormente realizadas pela Diretoria de Sustentabilidade Ambiental da UFPE, descritos em detalhes nas especificações abaixo:

13.1.1 **Contrato 36/2015** - Período: abril de 2015 a abril de 2016 - 480 diárias de 9h. (Equivalente a 4320 horas – possibilidade de uso de duas retroescavadeiras).

13.1.2 **Contrato 52/2016** - Período: agosto de 2016 a agosto de 2017 - 30 diárias mensais de 9h. (Equivalente a 3240 horas).

13.1.3 **Contrato 93/2017 (emergencial)** - Período: novembro de 2017 a maio de 2018 - 1.188 horas. (Uma retroescavadeira trabalhando 22 dias úteis mensais).

13.1.4 **Contrato 63/2018** - Período: de setembro de 2018 a setembro de 2022 - 2376 horas anuais (Uma retroescavadeira trabalhando 22 dias úteis mensais). Ainda, em seu 4º Termo Aditivo, houve um acréscimo de 25% na quantidade de horas contratadas, totalizando 2970 horas a serem utilizadas entre setembro de 2022 a setembro de 2023. No entanto, esse acréscimo não teve exequibilidade, visto que não havia previsão de trabalho do fiscal do contrato aos sábados.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados, para os três segmentos envolvidos: servidores, docentes, discentes e sociedade, pois mediante:

14.1.1 Otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratual;

14.1.2 Atendimento aos preceitos legais vigentes;

14.1.3 A contratação do serviço implicará, também, em economicidade, visto que o equipamento traz aumento substancial de produtividade na atividade de mão de obra terceirizada, nas ações relacionadas à gestão dos resíduos sólidos e na manutenção geral da UFPE.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste ETP, destaca em relação a cada um dos itens abaixo:

i. infraestrutura elétrica: Não há necessidade de adequações, será utilizada a infraestrutura existente.

ii. infraestrutura de ar condicionado: Não se aplica.

iii. relação ao espaço físico: Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações.

iv. estrutura organizacional: Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente.

v. acesso a sistemas de informação: Não se aplica.

vi. Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente organizacional: Não se aplica.

vii. Impacto ambiental da implantação da solução: A fiscalização do contrato garantirá o cumprimento, pela contratada, dos critérios de sustentabilidade definidos neste ETP e que devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.

viii. Impacto na equipe da área especialista: Dois servidores do quadro permanente serão designados, respectivamente, como Fiscal Técnico e Fiscal Substituto do contrato a ser celebrado. Estes servidores deverão conciliar suas atividades rotineiras com as atividades inerentes às funções de fiscal do referido contrato.

ix. Impacto na equipe da área beneficiária: Não há necessidade de adequações.

x. Impacto na rotina dos usuários da solução: Não há necessidade de adequações, visto que as atividades serão executadas em áreas externas e afastadas dos prédios acadêmicos.

15.2 Levando em conta que não há necessidade de adequação, por parte da UFPE, do ambiente do órgão, não há risco de fracasso da licitação por falta de adequação nas instalações da contratante, que já se encontra adequada a receber a prestação dos serviços em estudo.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 A UFPE atua como um agente transformador seguindo políticas para redução de mudanças prejudiciais ao meio ambiente, procurando diminuir os impactos, desperdícios e melhorar o aproveitamento dos materiais.

16.2 A contratação do serviço de Retroescavadeira tem como principal objetivo aprimorar os sistemas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados na UFPE, causando ao final, com o seu uso, um impacto positivo na promoção da sustentabilidade ambiental.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

De acordo com este estudo, a contratação é viável.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILA CLAUDINO DE SOUZA

Coordenadora de Prevenção e Gestão de Resíduos e Efluentes/ SINFRA/ UFPE

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I do ETP - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS 25-01-24.pdf (75.07 KB)
- Anexo II - Anexo II do ETP - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado.pdf (425.04 KB)

**Anexo I - ANEXO I do ETP - ESPECIFICAÇÃO DOS
SERVIÇOS 25-01-24.pdf**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

O presente ETP tem por objetivo a contratação de empresa para locação de 01 (uma) retroescavadeira com operador, para atender à SINFRA – Superintendência de Infraestrutura e deverá ter as seguintes características:

1. Definição: trator ou máquina de terraplenagem equipada com uma pá carregadeira montada na frente e uma pequena concha na traseira do veículo. Diferente de um trator de pneus, que é usado para puxar cargas, a retroescavadeira é empregada nas construções urbanas e rurais;
2. Utilização: serviços de remoção mecânica de entulhos, carregamento de caminhões, reviramento de leiras de compostagem de resíduos orgânicos, escavações para execução de manutenções ou ampliações em redes de drenagem, esgoto ou abastecimento de água potável, além de aterros, regularizações ou nivelamento de terrenos no Campus Recife da UFPE, com cronograma de atividades definido pela gestão e fiscalização do contrato;
3. Ano/modelo mínimo de fabricação para disponibilizar para a prestação dos serviços de locação - 2018;
4. Tração 4 x 4;
5. Acionada por motor diesel com potência mínima de 80 (oitenta) HP, com cabine fechada, em excelente estado de operação, climatizada;
6. Com conversor de torque e inversor de marchas frente/ré de acionamento eletro-hidráulico;
7. Caçamba frontal com capacidade mínima de 0,75 metros cúbicos;
8. Profundidade de escavação de até 4,0 (quatro) metros e força de escavação na caçamba mínima de 5 toneladas;
9. A retroescavadeira deverá ser equipada com um rastreador veicular, cujo monitoramento deverá ser compartilhado com a fiscalização do contrato;
10. Durante a operação com a retroescavadeira, a área deverá ser isolada para evitar acidentes com terceiros, com equipamentos de segurança fornecidos pela CONTRATADA que se fizerem necessários;
11. O equipamento deverá ser fornecido com operador experiente, que deverá ter estudado no mínimo até a 4ª série do ensino fundamental e ser habilitado nas categorias C, D ou E de CNH. Além disso, deverá apresentar certificação em um curso profissional de tratorista;

12. O fornecimento de combustível ficará a cargo da contratada;
13. Somente serão computadas e pagas as horas efetivamente trabalhadas;
14. As manutenções do equipamento, de qualquer ordem, são de responsabilidade da contratada;
15. Caso o equipamento entre em manutenção ou outro motivo improdutivo, a contratada deve substituí-lo imediatamente, no prazo de até 24 horas.
16. A forma de prestação de serviço e sua mensuração será hora máquina, e de acordo com a necessidade da SINFRA, com jornada de 9 horas/dia de segunda a sexta-feira;
17. O tempo previsto de contratação será de 12 meses, perfazendo um total estimado de 2616 horas de serviço, podendo ou não chegar a esse quantitativo;
18. A retroescavadeira deverá conter todos os equipamentos exigidos pela legislação de trânsito, bem como atender as normas do Conselho Nacional de Trânsito, bem como seu condutor deverá estar de posse dos documentos exigidos em uma possível requisição por parte dos órgãos fiscalizadores, incidindo sobre o contratado qualquer punição por não cumprimento à legislação de trânsito vigente;
19. O transporte ou traslado da retroescavadeira entre a contratada e a UFPE será de responsabilidade da contratada no decorrer da execução do contrato;
20. Os equipamentos deverão estar à disposição da SINFRA que a utilizará de segunda à sexta-feira no horário entre as 07h e 17h (conforme a demanda de serviços a serem executados) e, de forma extraordinária quando a frente de serviço assim exigir (sábados, domingos e feriados).
21. As despesas com combustível, funcionários, EPI's e EPC's, alimentação, encargos trabalhistas, danos a terceiros, manutenção preventiva e corretiva (filtros, óleos lubrificantes, graxas, lâmpadas e reparos que eventualmente sejam ocasionados por operação inadequada e/ou falha de operação) serão de responsabilidade da CONTRATADA.
22. Consideram-se horas trabalhadas o período de tempo registrado entre o horário de apresentação do equipamento e o de sua liberação pela SINFRA, descontadas as horas destinadas às refeições e os períodos eventualmente gastos com a manutenção e abastecimento do equipamento. As horas trabalhadas serão distribuídas conforme conveniência e necessidade da Administração.
23. Os intervalos para abastecimento do equipamento devem ser avisados pela CONTRATADA ao fiscal de contrato, para registro;

24. Os equipamentos deverão estar em dia com o plano de manutenção preventiva a fim de evitar paralisações nos serviços indicados.

25. Eventualmente, os serviços poderão ser requisitados nos prédios fora do Campus Recife, nos seguintes endereços:

- a) Faculdade de Direito do Recife: Praça Adolfo Cirne - Boa Vista, Recife - PE, 50050-060.
- b) Escola de Engenharia: Rua do Hospício, nº 371 - Boa Vista, Recife - PE,
- c) TV Universitária (NRTVU): Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar – Santo Amaro, Recife - PE, 50040-200.
- d) Memorial da Medicina da UFPE - Rua Amauri de Medeiros - Derby, Recife - PE, 52010-120.
- e) Centro Cultural Benfica: R. Benfica, 157 - Madalena, Recife - PE, 50720-001.
- f) Antiga sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE: avenida Professor Moraes Rego, 634, Engenho do Meio, Recife, PE.

26. O tempo de deslocamento gasto entre o Campus Recife e os endereços acima listados contará como hora trabalhada.

**Anexo II - Anexo II do ETP - Planilha de Composição de
Valor Máximo Estimado.pdf**

Anexo II do ETP - Planilha de Composição de Valor Máximo Estimado

Item	Descrição do objeto	Quantidade	Unidade	Valor unitário (R\$)			Valor Unitário Máximo Estimado	Valor Total Máximo Estimado
				Pesquisa Paine de Preços		Pesquisa Fornecedor		
				NºPregão:372023 UASG:988349 item 3 16.06.2023	NºPregão:462023 UASG:985427 item: 2 20/04/2023	FORNECEDOR 01		
1	Serviço de retroescavadeira operada, com pá carregadeira, tração 4x4, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, supimentos, EPI's e insumos diversos necessários à execução dos serviços, para atender o campus Recife da UFPE. Obs.: unidade = hora	2.616	unidade	R\$ 210,00	R\$ 125,00	R\$ 175,00	R\$ 170,00	R\$ 444.720,00



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

ANEXO III DO TR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Processo Nº: 23076.027311/2023-55)

1. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

1.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de três indicadores de qualidade:

- a) Prazo para atendimento das demandas;
- b) Falha no atendimento com quebra do equipamento; e
- c) Cumprimento do total das horas contratadas.

1.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

1.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

1.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

1.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – PRAZO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento das demandas em relação ao prazo para cumprir os recolhimentos estabelecidos nas Ordens de Serviços.
Meta a cumprir	Iniciar o serviço em até 48 horas após o recebimento da Ordem de Serviços.
Instrumento de medição	Intervalo de tempo entre o envio da ordem de serviço e a efetivação do início da prestação dos serviços.

Forma de acompanhamento	Fiscalização contratual, através do livro de registros.
Periodicidade	Por ordem de serviços, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (dias de atraso).
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atraso = 40 Pontos Atraso de 1 dia = 30 Pontos Atraso de 2 dias = 20 Pontos Atraso de 3 dias = 10 Pontos Atraso de 4 dias ou mais = 0 Pontos
Sanções	Ver item 2.2
Observações	

INDICADOR 2 – FALHA NO ATENDIMENTO COM A QUEBRA DO EQUIPAMENTO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a continuidade dos serviços.
Meta a cumprir	Ter equipamento sempre em condições de uso.
Instrumento de medição	Controle de horas do atendimento ao serviço solicitado, pelo fiscal técnico.
Forma de acompanhamento	Fiscalização contratual, através do livro de registros.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de quebras do equipamento.
Início de Vigência	A partir do início da prestação dos serviços
Faixas de ajuste no pagamento	Sem quebra do equipamento = 30 Pontos 1 quebra do equipamento = 20 Pontos 2 quebras do equipamento = 10 Pontos

	3 quebras ou mais do equipamento = 0 Pontos
Sanções	Ver item 2.2
Observações	

INDICADOR 3 – CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS HORAS CONTRATADAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a continuidade dos serviços
Meta a cumprir	Atendimento das 9 horas por dia útil contratadas
Instrumento de medição	Controle de horas do atendimento ao serviço solicitado, pelo fiscal técnico.
Forma de acompanhamento	Fiscalização contratual, através do livro de registros.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (dias de atraso).
Início de Vigência	A partir do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 12 horas somadas sem atividade = 30 Pontos De 13 a 20 horas somadas sem atividade = 20 Pontos De 21 a 30 horas somadas sem atividade = 10 Pontos 31 horas somadas ou mais sem atividade = 0 Pontos
Sanções	Ver item 2.2
Observações	A escolha do limite de até 12 horas sem penalização se dá pela previsão dos períodos de abastecimento.

2. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

2.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

2.1.1 A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada

Pontuação total do serviço = Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3".

indicador, conforme fórmula abaixo:

2.2 Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto mais multa por inexecução parcial do contrato.	0,90 do valor previsto mais multa por inexecução parcial do contrato.

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

2.3 A avaliação abaixo de 50 pontos por três vezes ensejará a rescisão do contrato.

3. CHECK LIST PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1 – PRAZO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS	Sem atraso	40	
	Atraso de 1 dia	30	
	Atraso de 2 dias	20	

	Atraso de 3 dias	10	
	Atraso de 4 dias ou mais	0	
2 – FALHA NO ATENDIMENTO COM A QUEBRA DO EQUIPAMENTO	Sem quebra do equipamento	30	
	1 quebra do equipamento	20	
	2 quebras do equipamento	10	
	3 quebras ou mais do equipamento	0	
3 – CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS HORAS CONTRATADAS	Até 10 horas somadas sem atividade	30	
	De 11 a 20 horas somadas sem atividade	20	
	De 21 a 30 horas somadas sem atividade	10	
	31 horas somadas ou mais sem atividade	0	
Pontuação Total do Serviço			

ANEXO IV DO TR - MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

1) **OBJETO:** Contratação de serviços de Retroescavadeira Operada, com pá carregadeira, tração 4x4, rastreador veicular, incluindo fornecimento de mão de obra, combustível, manutenção, suprimentos, EPI's e insumos diversos necessários à execução dos serviços, a serem prestados na Universidade Federal de Pernambuco (campus Joaquim Amazonas e unidades do centro do Recife, exceto o Hospital das Clínicas), mediante Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

2) **PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA** (Soma dos preços totais dos itens, em algarismo e por extenso): **R\$** (.....).

3) **VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (noventa) dias corridos.

4) **DECLARAMOS**, para os devidos fins, **QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS:** a inclusão de todas as despesas incidentes, inclusive aquelas relativas a tributos (impostos, taxas e contribuições), EPI's e EPC's regulamentares, uniforme e complementos, ferramentas, materiais de consumo, e equipamentos; fornecimento de retroescavadeira equipada com rastreador veicular; de estar ciente de que não será considerada qualquer reivindicação posterior devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente;

5) **REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G. e ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

6) **DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

7) **DADOS DA EMPRESA:**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

E-MAIL:

TELEFONE:

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

ANEXO V-a DO TR - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

Atestamos, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico Nº ____/____ da UFPE, que a Licitante _____, CNPJ _____, representada por *(inserir nome e cpf do representante legal)*, tem pleno conhecimento do objeto, das condições da licitação e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, que constam no Edital e nos seus Anexos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

ANEXO V-b DO TR – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(conforme subitem 3.3 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017)

(em papel timbrado da licitante)

Atestamos, para os devidos fins, que o(a) Sr(a). _____, R.G. _____, CPF _____, indicado(a) pela licitante, tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições locais para a prestação dos serviços, objeto do Pregão Eletrônico Nº ____/____.

Recife, ... de de 20.. .

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
(Assinatura e carimbo do servidor)

DE ACORDO:

REPRESENTANTE DA LICITANTE
(Nome, CPF e assinatura)

Observações:

1. A vistoria técnica requer agendamento prévio com a com a Diretoria de Sustentabilidade Ambiental - DSA/SINFRA, que deverá ser feito através do telefone ou e-mail informado no Item 4.12 do TR. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
2. Veda-se a realização de vistoria por mais de uma empresa no mesmo horário.
3. O profissional indicado pela licitante deverá portar procuração da empresa que o habilite a realizar a vistoria e apresentá-lo ao servidor da Superintendência de Infraestrutura.

ANEXO VI DO TR - MODELO DE DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

(em papel timbrado da licitante)

A licitante _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____, DESIGNA como responsável(is) técnico(s) pela execução do serviço de Retroescavadeira Operada a ser prestado na Universidade Federal de Pernambuco (campus Joaquim Amazonas e unidades do centro do Recife, exceto o Hospital das Clínicas), objeto do Pregão Eletrônico Nº ____/____, o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s):

Nome do Responsável Técnico	Título profissional	Nº do Registro no CREA	Data de Registro

(Local), ... de de 20.. .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, CPF e assinatura)

DE ACORDO:

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)

RESPONSÁVEL TÉCNICO
(Nome, CPF e assinatura)



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

ANEXO VII DO TR - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/____

1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº da OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: / /	Serviço:
Contrato Nº: /20	Processo Nº:

2. IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefones: -fixo: -móvel (<i>whatsApp</i>):	E-mail:

3. DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
Nº	Serviço	Quantidade	Unidade de Medida

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS / REMUNERAÇÃO POR HORAS				
Nº Serviço (cf. qd. 3)	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
TOTAIS				

*Conforme subitem d.4 do item 2.5 do Anexo V da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

6. DEMAIS DETALHAMENTOS

7. DATA OU PERÍODO PARA EXECUÇÃO

8. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

9. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

<p>Recife, de de 20...</p> <p>_____</p> <p>Responsável pela solicitação do serviço</p>	<p>Recife, de de 20...</p> <p>_____</p> <p>Responsável pela avaliação do serviço</p>
--	--



LAUDO TÉCNICO PARA LICITAÇÃO Nº 005/2023

Processo 23076.027311/2023-55

EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal de Pernambuco

ENDEREÇO: Avenida Prof. Moraes Rego, nº 1235 – Cidade Universitária – Recife/PE

CNPJ: 24.134.488/0001-08

LOCAL DA ATIVIDADE: Universidade Federal de Pernambuco - Campus Joaquim Amazonas e unidades do centro do Recife

I. INTRODUÇÃO

Por solicitação da Sra. Thayse Dayse Delmiro/CAF/SINFRA, por meio do despacho Nº 68513 / 2022- CAF SINFRA - (anexo 15 do processo), contendo a Minuta do Termo de Referência - TR (anexo à ordem 14), para contratação de serviços de Retroescavadeira Operada, com pá carregadeira, tração 4x4, a serem prestados na Universidade Federal de Pernambuco (campus Joaquim Amazonas e unidades do centro do Recife, exceto o Hospital das Clínicas, foi elaborado o presente Laudo Técnico das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais da empresa contratada, em atendimento e conformidade com as normas de higiene, caracterização de riscos e identificação das atividades insalubres e/ou periculosidade nos termos do Capítulo V da CLT (Lei nº. 6.514/1977), Portaria Ministerial nº 3.214/1978, Lei 14.133/2021, Decreto Federal 2.271/1997, Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017 e suas alterações.

II. PROFISSIONAIS A SEREM CONTRATADOS *versus Campus*

Não declarados na Minuta do Termo de Referência – TR. Não foi definida a quantidade de profissionais a atuar na prestação do serviço, nem seus cargos.

III. JORNADA DE TRABALHO

Segundo o item 5.2 do TR, a execução dos serviços será em horário de 7h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

IV. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Conforme item 2 o Anexo I - Especificação dos Serviços da Minuta do TR:

Serviços de remoção mecânica de entulhos, carregamento de caminhões, reviramento de leiras de compostagem de resíduos orgânicos, escavações para execução de manutenções ou ampliações em redes de drenagem, esgoto ou abastecimento de água potável, além de aterros, regularizações ou nivelamento de terrenos no Campus Recife da UFPE.

V. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

De acordo com o artigo 192 da CLT, os trabalhadores enquadrados nas atividades insalubres fazem jus à percepção dos respectivos adicionais de insalubridade, desde que, no exercício de trabalho, se encontrem em condições de insalubridade.

Tomando como referência a Norma Regulamentadora NR 15 – Atividades e operações insalubres do Ministério do Trabalho e Emprego, são consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

- Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos 1, 2, 3, 5, 11 e 12. Entende-se por "Limite de Tolerância", a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará danos à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral;

- Nas atividades mencionadas nos Anexos 6, 13 e 14 da NR 15;
- Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes nos Anexos 7, 8, 9 e 10.

O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

- GRAU MÍNIMO: 10% (vinte por cento do salário-mínimo regional);
- GRAU MÉDIO: 20% (vinte por cento do salário-mínimo regional);
- GRAU MÁXIMO: 40% (vinte por cento do salário-mínimo regional).

Ainda conforme a NR, a eliminação ou neutralização da insalubridade determinará a cessação do pagamento do adicional respectivo.

VI. ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

Conforme a NR-16, o exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) incidente sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios/participação nos lucros da empresa. Vale ressaltar que, segundo a referida NR, o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

VII. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS – APR

Cargo: Operador de Retroescavadeira Operada.	
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	MEDIDAS DE CONTROLE
Riscos físicos: Ruído; Vibração.	Avaliações quantitativas dos agentes ruído e vibração para monitoramento; Manutenção do equipamento determinada pelo fabricante e disponível ao operador; Utilização de EPIs: Calçado de segurança.
Riscos ergonômicos: Trabalho em sentado; Desconforto térmico; Desconforto acústico;	Educação postural; Pausas; Manter a cabine fechada e climatizada.
Riscos de acidentes: Empinamento ou capotamento; Tombamento; Queda; Atropelamento; Enroscar membros em partes móveis.	Capacitação para operação segura da máquina; Curso básico de segurança em escavação; Análise de risco antes da execução do serviço; Isolar ou sinalizar a área onde será realizada a atividade; Manter o cinto de segurança afivelado quando em trabalho; Desligar o motor antes de sair da máquina; Utilizar três pontos de apoio ao subir ou descer da máquina; Usar uniforme de mangas compridas, não usar roupas largas; Testar o equipamento antes de utilizá-lo.

VIII. MEDIDAS DE CONTROLE

a. MEDIDAS DE PROTEÇÃO COLETIVA E DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na hierarquia de controle de riscos, as medidas de proteção coletiva devem ser prioritariamente avaliadas para eliminação/redução/minimização dos riscos. Esgotando-se as possibilidades de implantação, medidas de organização do trabalho **devem ser avaliadas e discutidas junto ao Gestor do contrato**, no sentido de prover melhorias nas instalações, sob o ponto de vista da segurança e saúde ocupacional.

Cumprir as Normas Regulamentadoras NR-11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, NR-17 - Ergonomia, NR-18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção, em destaque:

- Treinamento específico, dado pela empresa, para habilitar na função de operador;
- A capacitação do operador deve ser constituída das etapas teórica e prática, conforme descrito no item 1 do Anexo II da NR-12 e conter noções sobre legislação de trânsito e de segurança e saúde do trabalho, acidentes e doenças decorrentes da exposição aos riscos existentes na máquina, EPIs e EPCs, operação com segurança da máquina, sinalização de segurança, procedimentos em situações de emergência, noções sobre primeiros socorros, inspeção, regulagem e manutenção com segurança;
- Operador habilitado só poderá dirigir durante o trabalho mediante uso de cartão de identificação, com nome e fotografia com validade de 1 (um) ano, revalidando mediante exame de saúde completo;
- A retroescavadeira deverá ter sinal de advertência sonora (buzina);
- A disposição da carga não deverá dificultar o trânsito, a iluminação, e o acesso às saídas de emergência;
- Não realizar qualquer tipo de alteração nas proteções mecânicas ou dispositivos de segurança;
- Comunicar seu superior imediato se uma proteção ou dispositivo de segurança foi removido, danificado ou se perdeu sua função;
- Os dispositivos de partida, acionamento e parada não devem estar localizados em zonas perigosas, podem ser acionados por outra pessoa que não o operador, não haja acionamento ou desligamento involuntário, dificulte-se a burla;
- As zonas de perigo e as partes móveis devem possuir proteção de modo a impedir o acesso de partes do corpo do operador;
- Deve ser realizada manutenção na forma e periodicidade determinada pelo fabricante, por profissional legalmente habilitado ou qualificado, e o registro dessa manutenção deve ficar disponível aos trabalhadores envolvidos na operação, manutenção e reparos, a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio, ao setor de Segurança do Trabalho e à Auditoria Fiscal do Trabalho;
- O operador não pode se afastar do equipamento sob sua responsabilidade quando em funcionamento;
- Nas paradas temporárias ou prolongadas, devem ser adotadas medidas com o objetivo de eliminar riscos provenientes de funcionamento acidental;
- Possuir retrovisores e alarme sonoro acoplado ao sistema de câmbio quando operada em marcha a ré;
- Não deve ser operada em posição que comprometa sua estabilidade;
- Assegurar que, antes da operação, esteja brecada e com suas rodas travadas;
- Realizar Análise de Risco - AR, antes de iniciar os serviços, verificando condições do solo, linhas subterrâneas, onde colocar a carga escavada.

Além das seguintes recomendações:

- Não conduzir passageiros;
- Ao estacionar a máquina baixar os estabilizadores e apoiá-los no chão;
- Antes da partida da máquina, afivelar o cinto de segurança;
- Não deve escavar muito perto dos braços estabilizadores;
- Não posicionar a máquina perto de valas;
- Desligar o motor antes de sair da máquina.

b. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs

Quando as medidas de organização do trabalho forem inviáveis ou estejam em implantação, devem ser especificados EPIs - Equipamentos de Proteção Individual.

Conforme 5.3 do TR, os EPIs são de responsabilidade da contratada. Conforme a NR-6 – Equipamento de Proteção Individual, a empresa é obrigada a fornecer os EPIs, **com Certificado de Aprovação (C.A)** válido, adequados aos riscos gratuitamente aos seus trabalhadores, exigindo e fiscalizando a sua utilização, orientando e treinando sobre o seu uso adequado, guarda e conservação; substituindo imediatamente, quando danificado ou extraviado e **registrando o seu fornecimento ao trabalhador**, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

A relação de EPIs a ser adquiridos, conforme levantamento de riscos ambientais, deverá contemplar, no mínimo:

Quadro – EPIs e uniformes obrigatórios para uso durante as atividades

EPI	ATIVIDADE
BOTINA DE SEGURANÇA DE COURO com biqueira em polipropileno, solado antiderrapante observando a durabilidade e conforto dos trabalhadores	Toda a atividade
Uniforme não largos e de mangas compridas	Toda a atividade

IX. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE INSALUBRIDADE

Para caracterização do adicional de insalubridade, foram analisadas as atividades constantes na Minuta do TR e no ETP, avaliada a fundamentação legal para concessão do referido, comparando as atividades e caracterização do contato – permanente *versus* eventual, com os critérios estabelecidos na NR 15, do MTE.

Visto que a forma de contratação de serviço não definiu a mão de obra a ser aplicada nos serviços de operação de retroescavadeira - quantidade de profissionais a atuar na prestação do serviço -, não é possível avaliar de forma preliminar o enquadramento para o adicional de insalubridade. Sendo assim, a avaliação para insalubridade deverá realizada pela contratada durante a vigência do contrato, observando os critérios da NR-15 – Atividades e operações insalubres, do Ministério do trabalho, e seus anexos, em conformidade com o objetivo da contratação.



X. AVALIAÇÃO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PERICULOSIDADE

Não há atividades perigosas previstas no TR constantes na NR-16.

XI. RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES

- A empresa fica obrigada a estabelecer um designado pela **CIPA** – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme requisitos da NR-05 e disponibilizar a documentação atualizada;
- A empresa contratada deverá atender à exigência legal da NR 07 e apresentar ao SESST/UFPE o **PCMSO - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional**, conforme Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978;
- A empresa contratada também deverá apresentar ao SESST/UFPE o **PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos**, em atendimento à NR 01, conforme os requisitos da NR 09, segundo estabelecido pela Lei nº 6.514/1977 e Portaria 3.214/1978, informando as medidas de controle de riscos propostos;
- A empresa contratada deverá capacitar, inicialmente e de forma continuada por instrutores com comprovada proficiência no assunto: Educação postural e Alongamentos, Escavação de valas, Utilização, guarda e conservação de EPIs, cuja documentação comprobatória deve ser mantida por no mínimo 5 anos, após o desligamento do trabalhador;
- Aplicar um checklist de pré-uso para utilização da máquina a cada início de serviço, contemplando os itens operacionais e de segurança, no qual todos devem estar **conformes**;
- O operador deve ser habilitado nas categorias C, D, E de CNH – Carteira Nacional de Habilitação, conforme item 4.1.7 do TR;
- A contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço, conforme item 4.1.10 do TR;
- A retroescavadeira deverá conter todos os equipamentos exigidos pela legislação de trânsito, bem como atender as normas do Conselho Nacional de Trânsito;
- Deve ser observada a Resolução CONTRAN Nº 429/12, que dispõe sobre o registro de tratores no Sistema do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAL;
- Deve ser observada a Resolução CONTRAN Nº 454/2013 que estabelece os requisitos de segurança para a operação de tratores;
- Em caso de acidentes ou doenças ocupacionais, devem ser emitidas CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, sendo que 01 (uma) via da mesma deverá ser entregue ao Gestor do contrato que enviará uma cópia ao SESST, no prazo de até 24 h após o acidente;
- Devem ser observados requisitos adicionais de biossegurança relacionadas ao enfrentamento do SARS-CoV-2 por autoridade em vigilância sanitária e/ou Ministério da Saúde por meio de orientações técnicas vigentes e emitidas posteriormente a este Laudo;
- É imprescindível observar as recomendações previstas na Avaliação Preliminar de Riscos deste laudo.

XII. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Portaria 3214, de 03/06/1978 do Ministério do Trabalho e suas Normas Regulamentadoras;
- Lei nº 6514, de 22/12/1977;
- Lei nº 8112 de 11/11/1990, Regime Jurídico Único;
- Decreto-lei nº 5.452 de 1º/05/1943 (aprova a CLT).



XIII. CONCLUSÃO

Ressaltamos que este laudo **NÃO** substitui o Laudo técnico de insalubridade e periculosidade que deve ser emitido pela empresa contratada, portanto, empregadora, segundo estabelece a NR- 15 (15.4.1.1) e a NR-16 (16.3), visto que o propósito deste laudo se limita a avaliar de forma preliminar a concessão de adicionais ocupacionais para composição da Planilha de custo e formação de preços.

Além disso, do ponto de vista do gerenciamento de riscos ocupacionais, neste laudo são prescritas preliminarmente as medidas de controle – organização do trabalho, equipamentos de proteção coletiva e individual – entretanto, podem sofrer alterações na ocasião do exercício efetivo das atividades da empresa contratada.

Faz-se indispensável que o **GESTOR DO CONTRATO** monitore o cumprimento das recomendações propostas, no sentido de **GARANTIR** que as mesmas sejam efetuadas durante toda a vigência do contrato.

As atividades dos contratados poderão ser acompanhadas pelo SESST durante a vigência do contrato, focando no cumprimento das recomendações propostas neste laudo e objetivando principalmente verificar o cumprimento dos aspectos legais para a construção e o cultivo de uma contínua preocupação com o adequado gerenciamento da saúde e da segurança na UFPE, de forma a tornar o desempenho das atividades mais seguro em um ambiente satisfatório.

Sandra Torres Zarzar
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA/PE 16020

Flávia Ataíde da Motta
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA 33633 – D/PE



Emitido em 07/08/2023

LAUDO PERICIAL COPIA Nº 219/2023 - SESST PROGEPE (11.07.49)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 15:07)

FLAVIA ATAIDE DA MOTTA
PRESIDENTE DE COMISSÃO - TITULAR
COSAIP PROGEPE (11.07.11)
Matrícula: ###419#1

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 15:09)

SANDRA TORRES ZARZAR
ENGENHEIRO DE SEG DO TRABALHO
SESST PROGEPE (11.07.49)
Matrícula: ###584#7

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **219**, ano: **2023**, tipo:
LAUDO PERICIAL COPIA, data de emissão: **07/08/2023** e o código de verificação: **8870dac019**



Emitido em 06/02/2024

TERMO DE REFERENCIA Nº 4/2024 - CAF SINFRA (11.97.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/02/2024 13:42)

ALFREDO MACEDO GOMES

REITOR

GR (11.01)

Matrícula: ###712#8

(Assinado digitalmente em 07/02/2024 08:53)

ANA PAULA DE ARAUJO SOUZA

COORDENADOR

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###332#7

(Assinado digitalmente em 06/02/2024 11:59)

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

DIRETOR

DSA SINFRA (11.97.11)

Matrícula: ###603#0

(Assinado digitalmente em 06/02/2024 12:00)

CAMILA CLAUDINO DE SOUZA

COORDENADOR

CPGRE SINFRA (11.97.17)

Matrícula: ###506#1

(Assinado digitalmente em 06/02/2024 17:02)

PAULO ALISON SOUSA PESSOA

SUPERINTENDENTE

SINFRA (11.01.37)

Matrícula: ###245#5

(Assinado digitalmente em 06/02/2024 11:42)

THAYSE DAYSE DELMIRO

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CAF SINFRA (11.97.06)

Matrícula: ###071#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **4**, ano: **2024**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **06/02/2024** e o código de verificação: **d858d5fe22**